



# NUANCES DA MATERIALIDADE NO LIVRO INAUGURAL DE PRIMITIVO MOACYR

## NUANCES OF MATERIALITY IN PRIMITIVO MOACYR'S INAUGURAL BOOK

ROSANA AREAL DE CARVALHO<sup>1</sup>

RAPHAEL RIBEIRO MACHADO<sup>2</sup>

MARIA CLARA COBUCCI SOARES DE MOURA<sup>3</sup>

### Resumo

O presente artigo tem como objeto o livro *O Ensino Público no Congresso Nacional. Breve Notícia* de Primitivo Moacyr, publicado em 1916. Nosso trabalho se debruça na perspectiva dos estudos da materialidade conforme os pressupostos da história do livro e da leitura referenciados por Roger Chartier e Robert Darnton. Privilegiamos um comparativo entre as crônicas publicadas no *Jornal do Commercio* (1915) e o conteúdo do livro, sob a hipótese de uma reprodução *ipsis litteris*. Identificamos alterações oriundas de uma revisão e outras que respondem a diferentes suportes. Concluimos que, para além das alterações, é importante destacar que os suportes imprimem diferentes maneiras de ler e diferentes públicos (leitor implícito) e

### Abstract

*The present article focuses on the book "O Ensino Público no Congresso Nacional. Breve Notícia" (The Public Education in the National Congress. Brief News) by Primitivo Moacyr, published in 1916. Our work delves into the perspective of materiality studies according to the assumptions of the history of the book and reading referenced by Roger Chartier and Robert Darnton. A comparison between the chronicles published in the newspaper "Jornal do Commercio", and book's content was favoured expecting to find a *ipsis litteris* reproduction. Different amendments were identified as a result of editing process, and others as a result of each platform used by the author. We concluded besides these changes it is crucial to mention*

<sup>1</sup> Possui graduação em história pela Universidade Federal de Mato Grosso (1987) e doutorado em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (2000). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Ouro Preto, atuando na Graduação e na Pós-graduação, com orientação de mestrado. Desenvolve pesquisas em História da Educação, com ênfase para os seguintes objetos, na relação com a educação: história das instituições escolares; intelectuais; espaço público; imprensa; e fontes para história da educação. Pós-doutorado em História da Educação junto ao GEPHE/FAE/UFMG e NEPHE/FACED/UFU. Investigadora da Ciência Logosófica. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: rosanareal@ufop.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0114-4239>.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pelo PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação da UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG - 2013). Graduado em História - Licenciatura e Bacharelado - pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP - 2010). Graduando em Pedagogia pelo Centro Universitário Newton Paiva. Tenho experiência com os seguintes temas em Educação: História da Educação, História da Educação Profissional no Brasil, Educação Profissional e Tecnológica, Fundamentos da Educação: História, Filosofia e Sociologia, Metodologia de Pesquisa e Ensino. Lecionei na área da História, da Filosofia e da Sociologia nos ensinos fundamental, médio, técnico, e preparatórios para o ENEM e IFMG, além da Educação de Jovens e Adultos, nas redes pública e particular na cidade de Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete entre 2013 e 2019. E-mail: machado.ribeiro.rafael@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6252-0982>.

<sup>3</sup> Possui graduação em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Ouro Preto (2016) e Mestrado Acadêmico em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (2019). Tem interesse na área de História da Educação, Historiografia educacional, Instituições escolares, sujeitos e sociabilidades. E-mail: mclaracobucci@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2705-9179>.

expressam a intenção do autor de compartilhar das práticas intelectuais do período. O objeto da análise aqui apresentada visa contribuir com os estudos presentes nos campos da história da educação em interseção à história do livro, da leitura e da imprensa.

**Palavras-chave:** Primitivo Moacyr, materialidade do impresso, história da educação, instrução pública, Jornal do Commercio.

*that each platform requires a distinct way of reading, a diverse audience (implicit reader), and its express author intention to share intellectual practice at that time. Subject analysis presented here intends to contribute to current studies on the intersection of histories of education, book, and press.*

**Keywords:** Primitivo Moacyr, materiality of the printed word, history of education, public Instruction. *Jornal do Commercio*

### Breves notícias

Os estudos da materialidade de um livro, tomando seu suporte físico impresso como objeto, vem ocupando um cenário importante na pesquisa histórica. Compreendê-lo como mercadoria de uma editora, tipografia ou gráfica, assimilar as escolhas dos autores e conhecer o espaço e o tempo que ocupam podem provocar relevantes sentidos e rumos à investigação. Como pontua Roger Chartier (1990, p.127) não existe texto fora do suporte que o dá a ler e não há compreensão de um escrito que não dependa das formas por meio das quais chega ao leitor.

Tratando-se da história do livro até meados do século XVII na França, em que livreiros e tipógrafos foram os primeiros beneficiados pelo estatuto dos direitos e deveres da escrita e do livro, é preciso reconhecer que nem o autor e nem o conteúdo em si constituíam-se nos únicos protagonistas em sua produção. Autor e conteúdo dividiam o destaque com os tipógrafos, os livreiros e outros profissionais da pena. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p.61)

Segundo Chartier (2014, p.31) a mudança aconteceu quando as obras escritas foram desvinculadas da materialidade particular para serem consideradas bens de propriedade imaterial. Nisto estava o reconhecimento de que a escrita era, a partir de então, ato a ser valorizado, pois demanda criatividade e trabalho solitário do autor; que não era apenas um copista de outras obras como no medievo. Finalmente este, o autor, pode desfrutar do destaque no processo de criação do livro (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998).

A jornada seguinte do autor não foi linear e progressiva no decorrer da história. No século XVIII, ainda na França, os censores, de acordo com Robert Darnton (2011), não reprovavam apenas livros hereges e revolucionários. Havia um padrão oficial a ser adotado, onde os censores concediam selos reais de aprovação dos livros e indicavam a maneira correta

de efetuar a leitura. O número de leitores compradores de livros era reduzido e muitos recorriam às bibliotecas<sup>4</sup>, aos clubes de leitura e às leituras compartilhadas em família, principalmente as de cunho religioso. Como relatado por Darnton (2011, p. 220), em meados do século XIX, fabricantes de charutos e alfaiates revezavam-se lendo e ouvindo um leitor como forma de entretenimento enquanto trabalhavam.

No contexto brasileiro do século XIX, o escritor lidava com outros empecilhos, como apontam Lajolo e Zilberman (1998). Primeiro, porque o autor não tinha como sobreviver de sua literatura devido à ausência de um mercado. Segundo, por conta do surgimento tardio da imprensa em relação ao continente europeu. Soma-se a isso uma sociedade na qual o analfabetismo atingia cerca de 70% da população e ainda assolada pela escravidão negra, com seus aspectos de violência e desigualdade, principais causas que a distanciava de uma sociedade instruída e com poder de compra em se tratando de livros.

Até os anos de 1850, mesmo com o desenvolvimento da imprensa e o surgimento de livrarias e, posteriormente, editoras como a Garnier<sup>5</sup> e Laemmert<sup>6</sup>, as dificuldades para o estabelecimento de um mercado livreiro permaneciam: os preços dos livros não eram atrativos devido ao custo de importação de maquinário e matéria prima. Muitos autores recorriam ao governo para financiar suas obras devido à falta de editores. Manuel Antônio de Almeida (1830-1861)<sup>7</sup>, por exemplo, recorreu ao então deputado José de Alencar (1829-1877)<sup>8</sup> para publicar uma versão traduzida da obra *O Brasil pitoresco* de Charles Ribeyrolles<sup>9</sup> (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 65-66).

As dificuldades de comercialização eram outro entrave à popularização do livro e da leitura e atingiam autores como Januário da Cunha Barbosa, diretor da Tipografia Nacional: seu livro *Parnaso Brasileiro* esteve à disposição em três locais - na tipografia do *Jornal do Comércio*, Rua do Ouvidor n.95; na casa comercial de Evaristo da Veiga, Rua da Quitanda,

---

<sup>4</sup> Muitas bibliotecas pertenciam aos livreiros que disponibilizavam seu acervo pessoal e cobravam taxas frequentar o ambiente (DARNTON, 2011, p.221).

<sup>5</sup> Inaugurada em 1844 por Baptiste Louis Garnier é considerada a empresa de maior destaque entre as demais firmas editoriais francesas que fixaram filiais no Brasil. (HALLEWELL, 2005).

<sup>6</sup> Sua fundação é datada em 1827, quando os irmãos Bossange e Eduard Laemmert juntamente com o português Souza responsável pela empresa Aillaud abrem sua agência conjunta no Rio de Janeiro, com o nome de “Souza Laemmert”. (HALLEWELL, 2005).

<sup>7</sup> Manuel Antônio de Almeida (1830-1861) jornalista, cronista, crítico literário. Autor de “Memórias de um Sargento de Milícias (1854); <<http://www.academia.org.br/academicos/manuel-antonio-de-almeida/biografia>>

<sup>8</sup> José de Alencar (1829-1877) foi um romancista, dramaturgo, jornalista, advogado e político brasileiro <[https://www.ebiografia.com/jose\\_alencar/](https://www.ebiografia.com/jose_alencar/)>

<sup>9</sup> Publicado pela editora Lemercier, em Paris, em 186. <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6849>>

79<sup>10</sup>; e na própria Tipografia Nacional (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 67).

As diferentes experiências com o livro e a leitura ao longo da história e das distintas culturas são imensuráveis<sup>11</sup>. Certamente as mudanças destas experiências não ocorreram de modo contínuo. Por isso mesmo vale a pena ressignificar, questionar o lugar do livro, assim como dos demais impressos como jornais e revistas em seu tempo de distribuição e circulação. Juntamente com esses apontamentos, e partindo de inquirições levantadas por Chartier (2014), nos dispomos a pensar na multiplicidade de operações que resultam determinado impresso, integrando decisões, habilidades e técnicas que ultrapassam o conteúdo.

A escolha para esse trabalho é o livro inaugural de Primitivo Moacyr, *O Ensino Público no Congresso Nacional. Breve notícia* publicado em 1916. Moacyr era baiano e nasceu em Salvador em 1867. Exerceu a função de professor de primeiras letras em Lençóis, no âmbito da Chapada Diamantina - BA. Margeando ainda a atmosfera escolar foi inspetor no Liceu de Recife. Seus estudos superiores foram concluídos no Rio de Janeiro, formando-se bacharel em Direito, em 1894, e Ciências Sociais, em 1898<sup>12</sup>, ambos na Faculdade Livre de Direito (VENÂNCIO FILHO, 1943; CARDOSO, 2002). Nesta cidade Moacyr permaneceu até seu falecimento aos 75 anos. Seu cargo empregatício mais duradouro, e que certamente lhe proporcionou aproximação e convivência entre sujeitos de destaque no país, foi na Câmara dos Deputados. Foi relator e redator dos debates parlamentares entre 1895 e 1933.

Assim como outros intelectuais de seu tempo, Moacyr circulou nos meios jornalísticos, publicando artigos no jornal *O Estado de S. Paulo* nas décadas de 1930 e 1940, como o artigo *A universidade de Dom João VI*. No *Jornal do Commercio* (RJ) teve uma atuação mais significativa, com uma série de publicações cuja temática central era a história educacional brasileira. Iniciou esses escritos colaborativos em 1915, e depois a partir de 1929 até 1942, quando faleceu. O obituário do *Jornal do Commercio* assegura sua presença nesse espaço: “ilustre historiador e antigo e brilhante colaborador deste jornal”<sup>13</sup>.

Vários interesses nos moveram a desenvolver uma pesquisa sobre a materialidade do

---

<sup>10</sup> Typografia de Gueffier, onde era impresso o jornal Aurora Fluminense, do qual Evaristo da Veiga era editor. <[http://www2.assis.unesp.br/cedap/catalogo\\_da\\_hemeroteca/files/assets/common/downloads/page0020.pdf](http://www2.assis.unesp.br/cedap/catalogo_da_hemeroteca/files/assets/common/downloads/page0020.pdf)>

<sup>11</sup> Sob o espectro analítico mencionado no parágrafo e levando em consideração a própria questão levantada neste trabalho, decidimos manter a grafia original de todas as transcrições de documentos históricos a fim de valorizar a produção da época, a maneira como os textos foram escritos, os tipos de organização gramatical e as suas regras de leitura, dadas a circular em seus distintos tipos materiais e próprios de sua época e que compõem a maneira ao qual Primitivo Moacyr participou e contribuiu para a cultura escrita de seu contexto.

<sup>12</sup> Recebeu o grau em ciências jurídicas no ano de 1894 e o grau em ciencias sociaes em 10 de abril de 1898 (Relatório do Ministério da Justiça. 1898, p.354).

<sup>13</sup> *Jornal do Commercio* Ano 116, no. 3; 03 de outubro de 1942, p.5.

primeiro livro publicado por Moacyr. Em primeiro lugar, trata-se de um livro pouco conhecido, por vezes nem mesmo referenciado quando o assunto são os livros de história da educação publicados por Primitivo Moacyr<sup>14</sup>. Em segundo lugar, indagávamo-nos porque no próprio livro não há nenhuma referência sobre a editora ou tipografia que o tivesse publicado. Não contendo tais informações, poderíamos supor autoria única, sem interferências explícitas, sem dividir o destaque da produção do livro como ocorria na França no século XIX e anteriormente relatado. Entretanto, na edição de 26 de julho de 1916<sup>15</sup>, na seção Livros Novos, do *Jornal do Commercio*, consta a informação sobre a publicação feita pela tipografia do jornal.

Esse fato soma-se às demais características que constituem o objetivo deste artigo, que é compreender e delinear a materialidade do livro *O Ensino Público no Congresso Nacional. Breve notícia*: sua organização, atributos físicos, suas singularidades entre forma e conteúdo e a presença do texto nas páginas do *Jornal do Commercio*.

### **Explorando a materialidade nas suas características físicas**

No formato brochura, com dimensões 134 x 180mm iguais para capa e miolo, o livro não é volumoso quando tomamos como referência suas 214 páginas. Porém, como foi impresso em papel encorpado, possivelmente um apergaminhado branco, 120g<sup>16</sup>, aparenta ter um número maior de páginas. As páginas são numeradas com os caracteres centralizados na margem. São utilizadas três tipos de fontes as quais se aproximam com as atuais *Just Square Std Medium*, *Key Board RR Light* e *Stella osf Table Bold*. Organizado em 15 capítulos, apresenta o índice na abertura do livro, não possui prefácio, introdução ou mesmo conclusão. A palavra FIM aparece na última página escrita e numerada (MOACYR, p. 206).

A diagramação do texto é interessante e inusitada para a época: em cada capítulo os subtemas e o nome dos deputados envolvidos nos projetos debatidos na Câmara são citados com destaque na lateral externa do corpo do texto (FIG.1 e FIG.2). Há um total de 140 nomes citados neste recurso, sendo que alguns sujeitos têm seus nomes mais correntemente presentes

---

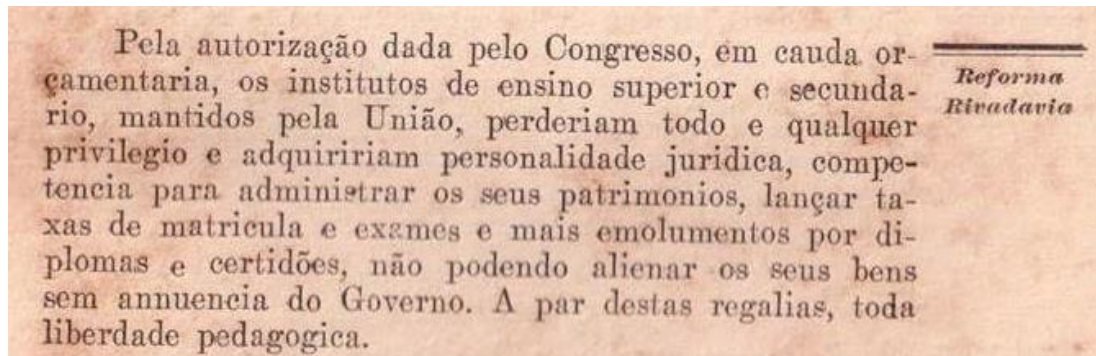
<sup>14</sup>O ensino público no Congresso Nacional; A instrução e o império (3 vol.); A instrução e as províncias (3 vol.); A instrução pública e o Estado de São Paulo (2 vol.); a instrução e a República (7 vol.)

<sup>15</sup> Ano 90, Edição n.207, p.3.

<sup>16</sup> A folha de papel A4 tem gramatura entre 75g e 90g.

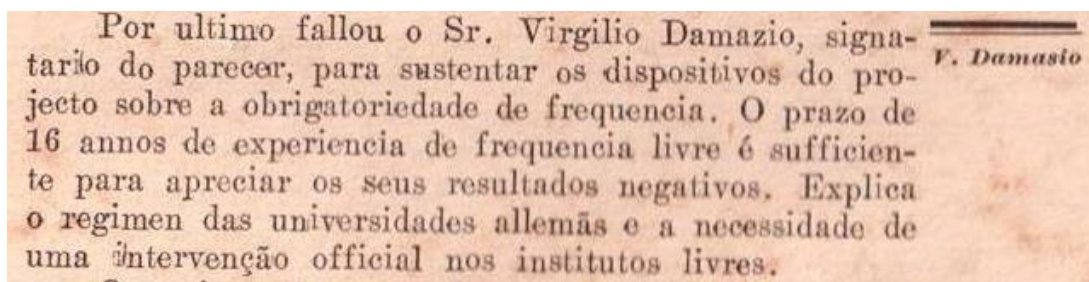
como Érico Coelho<sup>17</sup>, Virgílio Damazio<sup>18</sup> e José Bonifácio<sup>19</sup>. A razão para este fato pode ser pela atuação assídua em debates de temas educacionais e/ou por representarem uma preferência política do próprio Primitivo Moacyr. De todo modo, trata-se de um recurso gráfico que avulta tais nomes e interfere na leitura, pois não estão ali por mero acaso, e sim para chamar a atenção do leitor.

**FIG. 1 - Destaque de um tema**



Fonte: MOACYR, Primitivo, O Ensino Público no Congresso Nacional. Breve Notícia, 1916, p. 9.

**FIG. 2 - Destaque de um sujeito**



Fonte: MOACYR, Primitivo, O Ensino Público no Congresso Nacional. Breve Notícia, 1916, p.42.

Uma segunda etapa da pesquisa foi desenvolvida a partir dos livros lançados e publicados em 1916 para comparar diagramação, fontes, dimensões e aspectos da materialidade. Não identificamos nenhum livro com as mesmas fontes gráficas; as capas dos

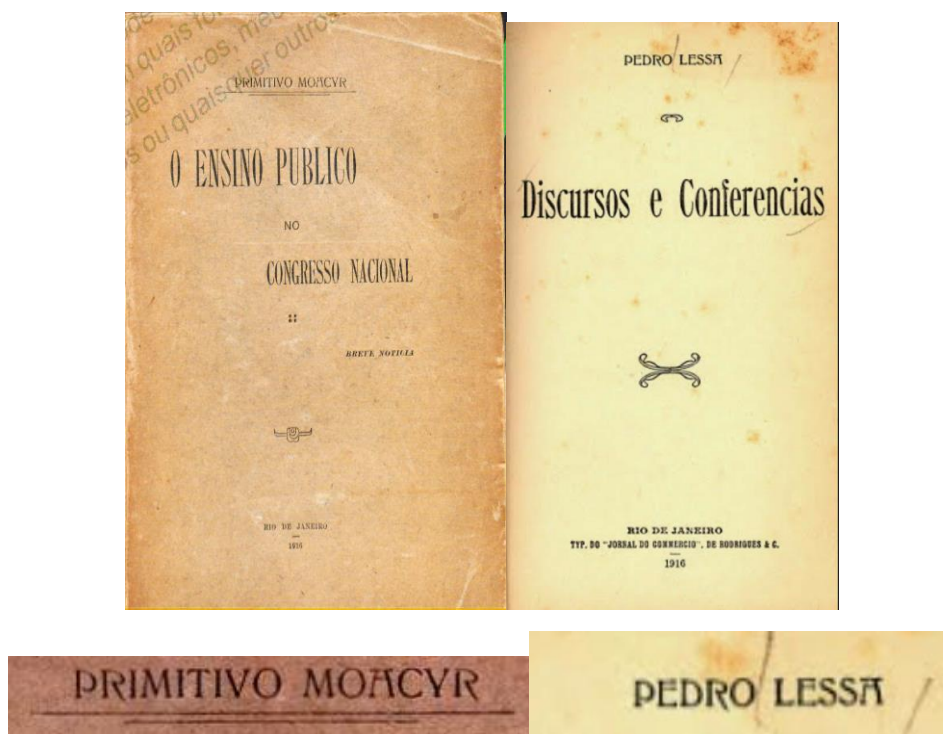
<sup>17</sup> Érico Marinho da Gama Coelho (Cabo Frio, 1849; Rio de Janeiro, 1922). Deputado constituinte em 1891; deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1891 e 1899, de 1903 a 1905 e de 1909 a 1914; senador também 1906 pelo Rio de Janeiro entre 1906 e 1909 e de 1914 a 1918. <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COELHO,%20C3%89rico%20Marinho%20da%20Gama.pdf>>

<sup>18</sup> Virgílio Clímaco Damásio, natural de Itaparica (BA) (1838-1913). Foi senador de 1890 a 1908. <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2271>>

<sup>19</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva foi deputado federal por Minas Gerais entre 1899 e 1930. <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Jos%C3%A9%20Bonif%C3%A1cio%20de%20Andrada%20e.pdf>>

livros apresentam fontes variadas, mesmo tendo sido publicados pela mesma editora e não apresentam, necessariamente, um mesmo formato impresso. Depreende-se disso a prática de publicações independentes, de iniciativa do autor, quando ainda não existia uma identidade visual que distinguisse a tipografia ou a editora. Entre o final do século XIX e início da década de 1910, as tipografias compravam elementos gráficos como vinhetas ornamentadas, fios de separação entre colunas, até mesmo imagens. Daí as similaridades nos *layouts* dos impressos (FONSECA, 2008, p. 202). De igual modo poderia ocorrer entre os livros impressos nas mesmas tipografias.

**FIG. 3. As capas dos livros de Primitivo Moacyr e de Pedro Lessa**



Na imagem acima temos o exemplo dos livros de Moacyr e de Pedro Lessa. Constatamos que o livro *Discursos e Conferências* de Pedro Lessa, publicado em 1916, apresenta a informação - Tipografia do Jornal do Commercio - na capa (FIG.3). O que justificaria a ausência desta informação na capa ou demais espaços no livro de Moacyr? Um acordo entre editores e autor? Algum tipo de negligenciamento ou desatenção da tipografia? Por que era um desconhecido no campo educacional? Ou por que a impressão correu por conta da Câmara dos Deputados? Ou porque se tratava de uma reunião de crônicas já publicadas pelo *Jornal do Commercio*? O que foi possível apurar é a similaridade das fontes usadas na escrita

dos nomes dos autores na capa. De acordo com o programa disponível no site *Myfonts*<sup>20</sup> o nome desta fonte é *Just Square Std Medium* ou esta seria a fonte mais próxima que o programa conseguiu identificar.

### **Confrontando conteúdos: o jornal e o livro**

O *Jornal do Commercio* foi fundado em outubro de 1827 pelo francês Pierre René François Plancher de La Noé. Inicialmente teve seu conteúdo direcionado ao comércio, porém, em julho de 1828, considerando que o ambiente político estava mais sereno, Plancher deu início às notícias políticas, buscando uma neutralidade partidária, quiçá conservadora: *Jornal do Commercio, Folha Comercial e Política* (SANDRONI, 2007, p.40 passim).

Durante o período imperial o *Jornal do Commercio* foi porta voz do governo, publicando na íntegra suas ações e atas das sessões das casas legislativas. No contexto da Primeira República, sob a direção de José Carlos Rodrigues, o jornal apoiou a República, mas juntou-se aos demais órgãos da imprensa ao opor-se à censura aplicada pelos primeiros governos republicanos. A posição emparelhada ao governo central só será retomada com o governo de Prudente de Moraes. Em 1916 a direção do jornal estava nas mãos de Antônio Ferreira Botelho (SANDRONI, 2007).

No ano de 1915, Moacyr iniciou sua atividade como colaborador do *Jornal do Commercio*, publicando a série *Intervenção nos Estados* com quatro textos no mês de janeiro<sup>21</sup>. A função de colaborador, segundo informações de Nelson Werneck Sodré, poderia render entre 30 a 60 mil réis: "Os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível" (SODRÉ, 1999, p.292). É razoável considerar que Primitivo Moacyr não recebia nada no exercício dessa função, por ser um colaborador esporádico. Ainda em 1915, Moacyr iniciou a publicação das *chrônicas* com o título de *O ensino público no Congresso Nacional*.

No quadro abaixo apresentamos as datas das publicações das *chrônicas* no *Jornal do Commercio* e os respectivos capítulos do livro. Os títulos são os mesmos e a ordem de publicação corresponde à ordem dos capítulos. O conteúdo das crônicas está situado, cronologicamente, entre 1890 e 1914, fazendo referência direta à atuação estatal no campo da legislação educacional, objeto dos escritos de Moacyr.

---

<sup>20</sup> <https://www.myfonts.com/>

<sup>21</sup> Nos dias 14, 15, 16, e 17, edições 14, 15, 16 e 17, Anno 89.



### Quadro 1 - As crônicas publicadas em 1915 e os títulos dos capítulos do livro (1916)

Título da Crônica	Data	Número da edição	Página	Título do capítulo	Página
Desofficialização	06 de junho	Nº 156	p. 3	Desofficialização	p.5
Regimem universitário	09 de junho	Nº 159	p. 2-3	Regimem universitário	p.17
Cursos jurídicos	17 de junho	Nº 167	p. 3-4	Cursos jurídicos	p.31
Ensino Médico	22 de junho	Nº 172	p. 3	Ensino Médico	p.47
Curso polytechnico	23 de junho	Nº 173	p. 2	Curso polytechnico	p.55
Escolas agrícolas e commerciaes	27 de junho	Nº 177	p. 4	Escolas agrícolas e commerciaes	p.65
Ensino Secundário	04 de julho	Nº 184	p. 2-3	Ensino Secundário	p.73
Ainda o Ensino Secundário	08 de julho	Nº 188	p. 3	Ainda o Ensino Secundário	p.91
Curso Integral Projecto Tavares Lyra	14 de julho	Nº 194	p. 2	Curso Integral Projecto Tavares Lyra	p.109
A criação do Ministério da Instrucção publica	22 de julho	Nº 202	p. 3	A criação do Ministério da Instrucção publica	p.127
A instrucção primaria: accordos e subvenções	24 de julho	Nº 204	p. 2-3	A instrucção primaria: accordos e subvenções	p.145
Instrucção popular - Escolas Normaes	27 de julho	Nº 210	p. 4-5	Instrucção popular - Escolas Normaes	p.155
Códigos de Ensino - A situação constitucional dos institutos de Ensino dos Estados - Fiscalização	05 de agosto	Nº 216	p. 3	Códigos de Ensino - A situação constitucional dos institutos de Ensino dos Estados - Fiscalização	p.167
Reforma Rivadavia	07 de agosto	Nº 218	p. 2	Reforma Rivadavia	p.181
Ainda a Reforma Rivadavia	12 de agosto	Nº 223	p. 3	Ainda a Reforma Rivadávia	p.191

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das edições do *Jornal do Commercio* e do livro de Moacyr.

A crônica é um gênero textual consagrado nas páginas dos impressos brasileiros; com uma narrativa cotidiana e escrita simples, costuma ter um teor argumentativo e opinativo. No

século XIX tiveram espaço assegurado nas colunas jornalísticas escritores como Machado de Assis, Olavo Bilac, Paulo Barreto e Euclides da Cunha, que ali iniciavam sua vida de escritores, embebedando-se do gênero literário. As crônicas, sem ser pura ficção, com conteúdo do cotidiano, com traços poéticos e menos engessados que os demais textos presentes nos impressos, marcaram época.

De acordo com o dicionário de Cândido Figueiredo, publicado em 1913, a crônica (Lat. *chronica*, pl. de *chronicum*) é uma narração histórica, presente nos noticiários dos periódicos ou ocupando, periodicamente uma seção do jornal. Estilo também utilizado nas revistas científicas ou literárias (p.546).

Na visão de Machado de Assis:

Há um meio certo de começar uma crônica por uma trivialidade. É dizer: Que calor! que desenfreado calor! Diz-se isto, agitando as pontas dos lenços, bufando como um touro, ou simplesmente sacudindo a sobrecasaca. Resvala-se do calor aos fenômenos atmosféricos, fazem-se algumas conjeturas acerca do sol e da lua, outras sobre a febre amarela, manda-se um suspiro a Petrópolis, e la glace est rompue; está começando a crônica. (ASSIS, Machado de. Crônicas escolhidas de Machado de Assis, 1994)

No início do século XX, contexto da publicação de Primitivo Moacyr, ainda permaneciam alguns traços da escrita de décadas anteriores, tons atrelados a uma retórica do direito e uma conotação bacharelesca. Mas escritores como João do Rio e Lima Barreto empreendiam em suas crônicas algo novo, uma diligência de fatos sociais urbanos com uma linguagem mais acessível e envolvente que marcou e determinou rumos deste gênero e seu espaço nos jornais. A crônica de Moacyr aproxima-se mais das características das edições dos jornais do século XIX. Com certa formalidade na escrita, seu conteúdo é voltado às leis, trâmites, debates ocorridos na esfera estatal. O cotidiano que ele descreve é do Estado, das discussões no espaço restrito do Legislativo.

As crônicas de Moacyr foram publicadas no *Jornal do Commercio* entre 6 de junho<sup>22</sup> e 12 de agosto de 1915<sup>23</sup>, sem periodicidade regular, ocupando as primeiras páginas do impresso, indicando certa notoriedade do autor. No *Jornal do Commercio*, com 14 a 20 páginas, as primeiras páginas traziam notícias internacionais; no rodapé os Folhetins; as demais notícias, as crônicas e os informes econômicos ocupavam o restante das páginas.

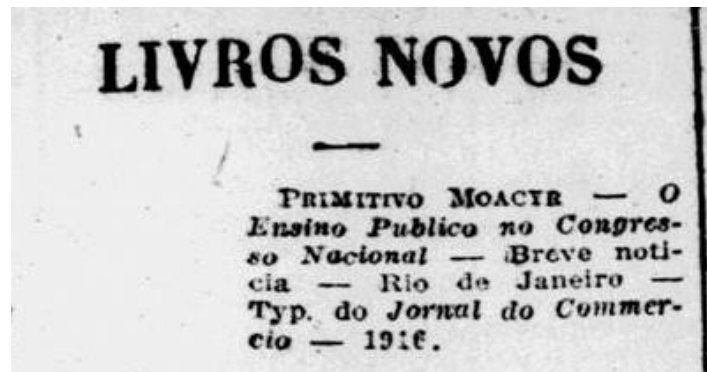
Na seção Livros Novos, onze meses após o encerramento da publicação das crônicas, anunciava-se o lançamento do livro.

---

<sup>22</sup> Ano 89, edição n.156.

<sup>23</sup> Ano 89, edição n.233.

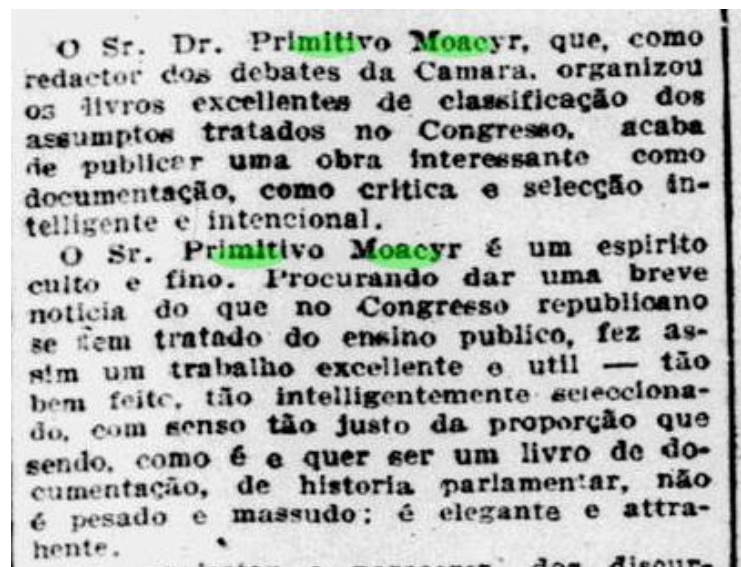
FIG. 4 - Seção Livros Novos



Fonte: Livros Novos. *Jornal do Commercio*, Ano 90, Edição n.207, 26 de julho de 1916, p.3

Foi o primeiro livro analisado na seção daquela edição e ocupou uma coluna inteira. Sem autoria, atribuímos à própria editoria do jornal, como ainda se fazia nessa época. É razoável supor que os contemporâneos sabiam quem havia feito a crítica, muito positiva por sinal, posto que também eram conhecidos os redatores e as tarefas de cada um.

FIG.5 - Trecho da crítica sobre o livro



FONTE: Livros Novos. *Jornal do Commercio*, Ano 90, edição n.207, 26 de julho de 1916, p.3. Os grifos no texto são da ferramenta de busca do site da Hemeroteca Nacional.

A tipografia do *Jornal do Commercio* foi a primeira a utilizar uma prensa mecânica no hemisfério sul, isso em 1834, sob a direção de Junio Constâncio Villeneuve. Também foi pioneira na implantação da rotativa e do linotipo. Em 1848, contava com “três prensas mecânicas, quatro manuais e oitenta empregados” sendo o maior impressor da cidade. Em 1871 imprimia quinze mil exemplares do jornal, sendo a publicação de livros um segmento de segundo escalão na empresa. Segundo Lawrence Hallewell (2005, p.160-161) grande parte “dos

livros (e muito provavelmente todos eles) era reimpressão de material antes publicado como folhetim no jornal.” Até as primeiras décadas do século XX manteve-se na condição de possuir “o maior e mais moderno equipamento de impressão do Brasil”. No ano de publicação do livro de Moacyr, “... tinha doze linotipos e três monotipos, empregados exclusivamente na produção do jornal. A marca Typographia do “Jornal do Commercio” de Rodrigues e Cia. aparece com muita frequência, de 1890 em diante, em inúmeros livros, mas estes eram impressos, em sua maioria por conta dos autores.” (Hallewell, 2005, p.162).

Na leitura comparativa entre o conteúdo publicado no jornal e no livro, identificamos algumas alterações e adaptações de acordo com as especificidades de cada suporte que possibilitam experiências de leitura distintas.

No primeiro capítulo do livro, equivalente à primeira publicação no jornal<sup>24</sup>, Moacyr insere, no final do capítulo, a única nota existente, esclarecendo e acrescentando informações. Claro está que uma nota de rodapé é muito mais possível e usual num livro do que num artigo de jornal, mas não foi uma prática de Moacyr nos livros publicados posteriormente<sup>25</sup>. Diz a nota:

Em virtude da autorização supra o governo expediu o Dec. n. 11.530 de Março de 1915 reformando o ensino superior e secundário.

Remetido ao Congresso para sua aprovação, em 17 de Junho do mesmo anno, a Comissão de Instrução Pública da Câmara, pelo relator Sr. Augusto de Freitas, aprovou-o com algumas modificações. Houve largo debate, e grande número de emendas foram offerecidas, principalmente no sentido das equiparações de Institutos particulares.

Pende de votação das emendas de 3 discussão (MOACYR, 1916, p. 13).

Dando continuidade à comparação das edições, os elogios feitos a Pedro Américo<sup>26</sup>, Manuel Fulgêncio<sup>27</sup> e Luiz Delfino<sup>28</sup> presentes nos artigos publicados no jornal, que estão em negrito, não foram mantidos no texto do livro.

Foi o deputado pela Parahyba, o Sr. Pedro Américo, **pintor de renome no Império e político bisonho na República**, o primeiro que no Congresso cuidou da criação de universidades (MOACYR, Primitivo. Regimen Universitário, Jornal do Commercio, 09

<sup>24</sup> Ano 89, 06 de junho de 1915, edição n° 156, p.3.

<sup>25</sup> Ver: Carvalho, 2017; Carvalho & Machado, 2018 e 2016.

<sup>26</sup> Pedro Américo de Figueiredo e Mello, Pintor, desenhista, ilustrador, escritor e professor (1843: Areias, PB – 1905: Florença, Itália). Deputado na Assembleia Nacional Constituinte de 1891.

<[http://www.brasilartesciclopedias.com.br/nacional/pedro\\_americo.htm](http://www.brasilartesciclopedias.com.br/nacional/pedro_americo.htm)>

<sup>27</sup> Manuel Fulgêncio Alves Pereira (1841-1928), Deputado na Assembleia Nacional Constituinte de 1891; deputado federal por Minas Gerais entre 1891 e 1928. <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Manuel%20Fulg%C3%A2ncio%20Alves.pdf>>

<sup>28</sup> Luís Delfino (1834-1910) “Foi Senador por Santa Catarina e exerceu atividades parlamentares à 21ª Legislatura (1890-1891), participou e assinou a Constituinte de 1891 - a primeira constituição republicana do Brasil; e à 22ª Legislatura (1891-1893).” <[http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1345-Luis\\_Delfino](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1345-Luis_Delfino)>

de junho 1915, Ano 89, Edição n.159, p.2, grifos nossos).

Em seu parecer, 1892, a comissão de Instrução, pelo órgão do seu relator o **laureado poeta**, Sr. Luiz Delphino (de Santa Catarina), aplaudindo o projecto em seu conjunto, faz algumas modificações (MOACYR, Primitivo. Ensino Médico, Jornal do Commercio, 22 de junho de 1915, Ano 89, Edição n.172, p.3, grifos nossos).

1908. Poucos dias após a abertura da legislatura, Sr. Manuel Fulgêncio, o **venerado patrono dos estudantes**, lembra-se que eles precisam de uma segunda época de exames e autoriza o Governo a conceder-lhes. (MOACYR, Primitivo. Ainda o Ensino Secundário, Jornal do Commercio, 8 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.188 p.3, grifos nossos).

Entretanto, os elogios destinados a Carlos Peixoto<sup>29</sup>, José Bonifácio<sup>30</sup> e Félix Gaspar<sup>31</sup> foram mantidos. Encontrar justificativa para tais permanências de adjetivações requer algumas reflexões, inclusive porque o distanciamento temporal entre a publicação no jornal e o livro é muito curto. O elogio pode ser configurado como uma adequação aos moldes da escrita contemporânea, por isso mais presente na edição das *chronicas*. Porém, quando Moacyr decide conservar alguns elogios em detrimento de outros indica uma posição favorável àquele sujeito. Quanto aos demais elogios não mantidos, pode-se presumir que o autor não se sentia obrigado a repeti-los, já que o livro permite deter mais autoridade de escrita. Há também a possibilidade desses elogios tecidos no jornal terem gerado certa polêmica, causando desconforto e incômodos, preferindo o autor não os manter no livro. Entretanto, a questão é instigante, tendo em vista a rede de sociabilidades frequentada por Moacyr, onde os elogios são moedas correntes.

Convém ressaltar que o jornal, enquanto um suporte de maior circularidade, estava mais próximo dos debates do seu tempo, além de suas publicações se atualizarem com frequência bem maior que o livro. Machado de Assis publicou no *Correio Mercantil*, em 1859, sua percepção sobre esse comparativo entre livro e jornal, em que este último, de certo modo, apresenta essas vantagens e características:

Depois, o espírito humano tem necessidade de discussão, porque a discussão é — movimento. Ora, o livro não se presta a essa necessidade, como o jornal. A discussão pela imprensa jornal anima-se e toma fogo pela presteza e reprodução diária desta locomoção intelectual. A discussão pelo livro esfria pela morosidade, e esfriando decai,

<sup>29</sup> Carlos Peixoto Filho, com quem Moacyr manteve o escritório de advocacia (1911 e 1912), junto também a Josino Araújo, na Rua da Quitanda, 95 (MELO, 2018, foi um político mineiro, presidente da Câmara dos Deputados no governo de Rodrigues Alves, líder do chamado “Jardim de infância”, movimento que sustentava a candidatura de Rui Barbosa em 1910.

<sup>30</sup> Idem nota 16.

<sup>31</sup> Félix Gaspar de Barros e Almeida (Santo Antônio de Jesus, Bahia, em 15 de janeiro de 1865-Rio de Janeiro em 10 de maio de 1907) ocupou o cargo de deputado federal entre 1900 e 1906.

<<http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/2/70-biografias/683-felix-gaspar-de-barros-e-almeida>>

porque a discussão vive pelo fogo (ASSIS, 1994, p. 943).

Na comparação entre os artigos publicados em junho e julho de 1915 e o livro de 1916 encontramos alterações de vários tipos, tais como acréscimos de informações, trechos que foram suprimidos, alterações de data e tempo verbal.

### Quadro 2 - Acréscimos de informação na versão do livro

	Jornal	Livro
1	Divergiu em voto separado o Sr. João Vieira (de Pernambuco), allegando que “se, em geral, o concurso é um meio de reconhecimento de aptidões dos candidatos ao magistério, não é o único e como tal nunca deve ser exclusivo, como não tem sido a nossa legislação”; e, ainda, que o projeto infringiu o dispositivo constitucional que veda a União prescrever leis retroactivas. (MOACYR, Ensino Secundário, 4 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.184, p.3)	Divergiu em voto separado o Sr. João Vieira (de Pernambuco e <b>professor da Faculdade de Direito</b> ) allegando que “se, em geral, o concurso é um meio de reconhecimento de aptidões dos candidatos ao magistério, não é o único e como tal nunca deve ser exclusivo, como não tem sido a nossa legislação”; e, ainda, que o projeto infringiu o dispositivo constitucional que veda a União prescrever leis retroactivas. (MOACYR, 1916, p.73).
2	O projecto approved em 1a discussão é, a pedido do Sr. Rosa e Silva, enviado ‘a Comissão de Constituição, que o guardou carinhosamente em seu seio, mesmo a despeito de uma reclamação dos Drs. I. M. Almeida Gouvêa, D. Alves de Mello e Francisco de Paula Valadares, que pediam a sua aprovação (MOACYR, Ensino Secundário, 4 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.184, p.2).	O projecto approved em 1a discussão é, a pedido do Sr. Rosa e Silva, enviado ‘a Comissão de Constituição, que o guardou carinhosamente em seu seio, mesmo a despeito de uma reclamação dos Drs. I. M. Almeida Gouvêa, D. Alves de Mello e Francisco de Paula Valadares, <b>docentes de faculdades medicas</b> , que pediam a sua aprovação (MOACYR, 1916, p. 74).
3	Dar aos estabelecimentos particulares de ensino, disse o Sr. José Hygino, ministro do Interior, para os cursos superiores, pratica essa ainda não adoptada por nenhum dos paizes de cultura mais adiantada, seria comprometter a causa da instrucção publica em nosso paiz, onde os institutos particulares de ensino secundario são em sua generalidade, faltos de pessoal docente devidamente habilitado, dispõem apenas de fraquissimos recursos materiaes e carecem absolutamente de uma verdadeira orientação (MOACYR, Ensino Secundário, 4 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.184, p.2).	Dar aos estabelecimentos particulares de ensino, disse o Sr. José Hygino ( <b>professor de direito</b> ), ministro do Interior, <b>relator do veto</b> , para os cursos superiores, pratica essa ainda não adoptada por nenhum dos paizes de cultura mais adiantada, seria comprometter a causa da instrucção publica em nosso paiz, onde os institutos particulares de ensino secundario são em sua generalidade, faltos de pessoal docente devidamente habilitado, dispõem apenas de fraquissimos recursos materiaes e carecem absolutamente de uma verdadeira orientação (MOACYR, 1916, p. 76).

4	Ainda em julho o Sr. Americo Lobo deu conhecimento ao Senado de uma representação de estudantes de preparatórios allegando as exigências excessivas da lei de Novembro de 1890 e impetrando o adiamento de sua execução (MOACYR, Ensino Secundário, 4 de julho de 1915, Ano 89, Edição, p.3)	Ainda em julho <b>do mesmo anno</b> o Sr. Americo Lobo deu conhecimento ao Senado de uma representação de estudantes de preparatórios, allegando as exigências excessivas da lei de Novembro de 1890 e impetrando o adiamento de sua execução. (MOACYR, 1915, p. 79).
5	É a única voz que se levanta para dizer em demorada critica, o estado de decadência dos estudos entre nós, dos programas excessivos (MOACYR, Ainda o Ensino Secundário, 8 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.188, p.3).	É a única voz que se levanta <b>no Senado</b> para dizer em demorada critica, o estado de decadência dos estudos entre nós, dos programas excessivos (MOACYR, 1916, p. 94).
6	1903. O Sr. José Bonifácio, e com ele a Comissão de Instrução indefere o pedido do Director do Externato Aquino sobre a fiscalização prévia, “embora reconheça e proclame como relevantes os serviços prestados a instrução pelo acreditado instituto.” (MOACYR, Ainda o Ensino Secundário, 8 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.188, p.3).	1903. O Sr. José Bonifácio, e com ele a Comissão de Instrução <b>da Câmara</b> indefere o pedido do Director do Externato Aquino, sobre a fiscalização prévia, “embora reconheça e proclame como relevantes os serviços prestados a instrução pelo acreditado instituto.” (MOACYR, 1916, p. 95).
7	Estes dous projectos, só tiveram a seu favor as vozes sinceras dos seus autores no momento de justificarem perante a Camara os seus votos de servirem a causa do ensino (MOACYR, Ainda o Ensino Secundário, 8 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.188, p.3).	Estes dous projectos, <b>como o do Sr. Gastão da Cunha</b> , só tiveram a seu favor as vozes sinceras dos seus autores, no momento de justificarem perante a Camara os seus votos de servirem a causa do ensino. (MOACYR, 1916, p. 100).
8	Desta vez, o Deputado não se limitou a depôr na mesa o projecto; justificou-o da tribuna (MOACYR, Ainda o Ensino Secundário, 8 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.188, p.3).	Desta vez, o Deputado <b>mineiro</b> não se limitou a depôr na mesa o projecto; justificou-o da tribuna (MOACYR, 1916, p. 100).
9	Ouvida a Comissão de Finanças em virtude de abertura de créditos, foi adoptado o substitutivo por franca maioria (MOACYR Ainda o Ensino Secundário, 8 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.188, p.3).	Ouvida a Comissão de Finanças, em virtude <b>de autorização</b> para abertura de créditos, foi adoptado o substitutivo por franca maioria (MOACYR, 1916, p. 101).
10	Penso que o primeiro cyclo, de quatro anos, deve compreender o estudo completo do portuguez, do francez, do inglez, claculo arithmetico e algebrico e geometria plana, geographia geral, geographia e historia do Brasil, desenho (MOACYR, Curso integral Projeto Tavares de Lyra, 14 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.194, p.2).	Penso, <b>continua o Sr. Tavares de Lyra</b> , que o primeiro cyclo, de quatro anos, deve compreender o estudo completo do portuguez, do francez, do inglez, claculo arithmetico e algebrico e geometria plana, geographia geral, geographia e historia do Brasil, desenho (MOACYR, 1916, p. 113).

11	Proporcionando, todavia, as sabias vistas da Comissão de Constituição e Justiça, todo elemento historico que pude compliar a respeito de tão interessante assumpto constitucional, seja-me licito salientar, desde logo, que represento um Estado, em cuja legislação se tem prudentemente evitado providenciar sobre a instrução superior (MOACYR, Código de Ensino – a situação constitucional dos institutos de ensino dos estados. Fiscalização, 5 de agosto de 1915, Ano 89, Edição n.216, p.3).	Proporcionando, todavia, as sabias vistas da Comissão de Constituição e Justiça, todo elemento historico que pude compliar a respeito de tão interessante assumpto constitucional, seja-me licito salientar, <b>diz o Sr. D. Abranches</b> , desde logo, que represento um Estado, em cuja legislação se tem prudentemente evitado providenciar sobre a instrução superior (MOACYR, 1916, p. 178).
12	Nestas breves linhas a Comissão de Finanças, que de há muito fora, pelo descaso de outras comissões, investida de amplos poderes pra dizer sobre os assuntos legislativos rejeitou, em 1909, um dispositivo no orçamento do interior dando as bases de uma reforma de ensino secundário e superior (MOACYR, Reforma Rivadavia, 7 de agosto de 1915, Ano 89, Edição n.218, p.2).	Nestas breves linhas a Comissão de Finanças, que de há muito fora, pelo descaso de outras comissões, investida de amplos poderes pra dizer sobre <b>quase todos</b> os assuntos legislativos, rejeitou, em 1909, um dispositivo no orçamento do interior dando as bases de uma reforma de ensino secundário e superior (MOACYR, 1916, p.181).
13	Esta emenda trazia ainda as assignaturas dos Srs. Rivadavia Correa, João Vespúcio, Ângelo Pinheiro, Homero Batista, G. Hasslocher e Soares dos Santos (MOACYR, Reforma Rivadavia, 7 de agosto de 1915, Ano 89, Edição n.218, p.2).	Esta emenda <b>do Sr. João Simplício</b> trazia ainda as assignaturas dos Srs. Rivadavia Correa, João Vespúcio, Ângelo Pinheiro, Homero Batista, G. Hasslocher e Soares dos Santos (MOACYR, 1916, p. 183).
14	A sua adopção teria, talvez evitado ao paiz o anarchismo do ensino em que nos debatemos, como já foi dito em relatório na Câmara (MOACYR, Reforma Rivadavia, 7 de agosto de 1915, Ano 89, Edição n.218, p.2).	A sua adopção teria, talvez evitado ao paiz o anarchismo do ensino em que nos debatemos, como já foi dito em relatório na Câmara <b>em 1915</b> (MOACYR, 1916, p.183).

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das edições do *Jornal do Commercio* e do livro de Moacyr. Grifos nossos, indicando os acréscimos.

Podemos observar que, ao efetuar a revisão para publicação do livro, há uma intenção em melhor definir e especificar algumas passagens. Para isso, acrescenta-se adjetivações ao sujeito mencionado, como ocorreu no trecho 1, 2 e 8. Aponta-se o tempo e espaço, onde e quando ocorreu tal fato, como nos trechos 4, 5, 6, 14. O sujeito da frase também ganha espaço facilitando o entendimento do leitor sobre quem está defendendo determinado argumento ou de quem é a lei ou decreto citados, como nos trechos 7, 10 e 13. O uso destes marcadores linguísticos na versão do livro demonstram que os assuntos foram melhor esclarecidos, evitando dúvidas trazidas pelo distanciamento temporal e espacial dos acontecimentos.



### Quadro 3 - Informações suprimidas na versão do livro

	Jornal	Livro
1	O projeto unificava o curso, extinguindo os cursos especiais de sciencias juridicas, sociaes e notoriado, instituidos pela reforma B. Constant; impunha a frequencia obrigatória; creava novas cadeiras; revogava a faculdade conferida aos alunos de requererem exames de mais de uma série em uma época, das matérias da série imediata <b>ou na segunda época</b> , aquella em que foi examinada na primeira, três mezes apenas decorridos (MOACYR, Cursos Jurídicos, 17 de junho de 1915, Ano 89, Edição n.167, p.3).	O projeto unificava o curso, extinguindo os cursos especiais de sciencias juridicas, sociaes e notoriado, instituidos pela reforma B. Constant; impunha a frequencia obrigatória; creava novas cadeiras; revogava a faculdade conferida aos alunos de requererem exames de mais de uma serie em uma época, das matérias da serie imediata, aquella em que foi examinada na primeira, três mezes apenas decorridos (MOACYR, 1916, p. 31).
2	É preciso um desprendimento de todo interesse pessoal, uma elevação de vista, um ensemble, uma permanencia de <b>acção</b> que ella não poderia atingir (MOACYR, Cursos Jurídicos, 17 de junho de 1915, Ano 89, Edição n.167, p.3).	É preciso um desprendimento de todo interesse pessoal, uma elevação de vista, um ensemble, uma permanência de que ella não poderia atingir (MOACYR, 1916, p. 35).
3	A decadência do ensino nas faculdades <b>européias</b> é devido mais a incompetência do professorado do que a liberdade de frequência (MOACYR, Cursos Jurídicos, 17 de junho de 1915, Ano 89, Edição n.167, p.3).	A decadência do ensino nas faculdades é devido mais a incompetência do professorado do que a liberdade de frequência (MOACYR, 1916, p. 37)
4	Que se trate do exame de madureza, do titulo de bacharelado, quer se trate por enquanto dos exames parcellados, desta ou daquela disciplina, a fiscalização e o voto dos jurys de exame, constituídos por commissarios das congregações do ensino superior onde ellas existiam, sahidos do seio destas congregações e por ellas escolhidos, ou por pessoas de reputação litteraria ou scientifica, extranhos ao magistério secundário, que a juízo do Governo da União mereçam essa investidura, serão meios de corrigir os inconvenientes das disposições do projeto <b>elaborados como foram</b> (MOACYR, Ensino Secundário, 4 de julho de 1915, Ano 89, Edição n. 184, p.3).	Que se trate do exame de madureza, do titulo de bacharelado, quer se trate por enquanto dos exames parcellados, desta ou daquela disciplina, a fiscalização e o voto dos jurys de exame, constituídos por commissarios das congregações do ensino superior onde ellas existiam, sahidos do seio destas congregações e por ellas escolhidos, ou por pessoas de reputação litteraria ou scientifica, .extranhos ao magistério secundário, que a juízo do Governo da União mereçam essa investidura, serão meios de corrigir os inconvenientes das disposições do projeto (MOACYR, 1916, p. 78)
5	<b>Paragrafo único.</b> Terminado o primeiro cyclo, os alunos podem obter, após exame fiscalizado pelo Governo, uma certidão de estudos secundários do primeiro grau na qual serão designadas as materias estudadas e as notas alcançadas pelo alumno, bem como o nome do estabelecimento de instrucção em que o curso se realizou (MOACYR, Ainda o Ensino Secundário, 8 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.188, p.3).	Terminado o primeiro cyclo, os alunos podem obter, após exame fiscalizado pelo Governo, uma certidão de estudos secundários do primeiro grau, na qual serão designadas as materias estudadas e as notas alcançadas pelo alumno, bem como o nome do estabelecimento de instrucção em que o curso se realizou (MOACYR, 1916, p. 98).

6	São abolidos os atuais exames parcelados de preparatórios e é instituído o exame de madureza <b>na forma do 83' do art. 5'</b> (MOACYR, Ainda o Ensino Secundário, 8 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.188, p.3).	São abolidos os atuais exames parcelados de preparatórios e é instituído o exame de madureza (MOACYR, 1916, p. 99).
---	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das edições do *Jornal do Commercio* e do livro de Moacyr. Grifos nossos indicando as supressões.

Diante destes quadros e observando a diferença nítida de que há mais acréscimos na versão do livro do que ausências das informações presentes no jornal, podemos levantar algumas hipóteses e realçar algumas observações. Certamente podemos dizer que ocorreu algum tipo de revisão seja por Primitivo Moacyr e/ou por editores ou outros colaboradores do jornal.

Ao efetuarem essa revisão, demonstram preocupação em elucidar melhor as informações para facilitar o entendimento do público leitor. Quando cortam um trecho, palavra ou nome salientam que aquilo é desnecessário ao entendimento geral do conteúdo. Mero detalhe que não faria diferença para o leitor específico ou ideal, como diria Chartier (2014), aquele que domina o contexto, tendo conhecimento prévio do assunto. Há a possibilidade ainda de que alguns destes trechos ausentes sejam erros de diagramação durante a compilação do conteúdo, retirando a ação do autor sobre a obra.

Por exemplo: há um trecho exposto de maneira clara no jornal e na versão do livro o mesmo aparece truncado, visivelmente mutilado pela ausência de alguns termos. Na crônica consta: “Na aula, a interrogação **fazia-se, não pela designação dos assuntos, mas pelo** número de ordem dos parágrafos! O ideal era poder responder sem uma hesitação a perguntas desta ordem: Diga-me o paragrapho 241?”<sup>32</sup>. No livro, o trecho grifado acima não aparece: “Na aula, a interrogação número de ordem dos parágrafos O ideal era poder responder sem uma hesitação a perguntas desta ordem: Diga-me o paragrapho 241?”<sup>33</sup>.

Com tais evidências podemos afirmar a existência de um processo de edição. Entretanto, não encontramos, ainda, informações mais detalhadas desse processo. Teria sido feito por algum funcionário da tipografia? Compreendemos que não, posto que a essa época o trabalho na tipografia não abrangia as tarefas de edição. No quadro a seguir indicamos os trechos nos quais ocorreu alteração das datas, evidenciando o trabalho de edição do texto publicado no livro.

<sup>32</sup> MOACYR, A criação do Ministério da Instrução pública, 22 de julho de 1915, n.202, p.3. Grifos nossos.

<sup>33</sup> MOACYR, 1916, p.130.

#### Quadro 4 - Trechos com alteração de datas

	Jornal	Livro
1	Em Julho de 1893 o Sr. Americo Lobo (de Minas) apresentou ao Senado um projecto determinando que “aprovações do exame de madureza ou o título de bacharel em sciencias e letras dados pelas instituições de ensino secundário que se organizarem nos Estados, ex-vi do decreto n. 1194 de <b>28</b> de Dezembro de 1892 (MOACYR, Ensino Secundário, 4 de julho de 1915, n.184, p.2).	Em Julho de 1893 o Sr. Americo Lobo (de Minas) apresentou ao Senado um projecto determinando que “aprovações do exame de madureza ou o título de bacharel em sciencias e letras dados pelas instituições de ensino secundário que se organizarem nos Estados, ex-vi do decreto n. 1194 de <b>27</b> de Dezembro de 1892 (MOACYR, 1916, p. 77).
2	Suspensão, provisoriamente, pelo decreto de 6 de Fevereiro de <b>1891</b> , a execução dos estatutos dos estabelecimentos de ensino na parte referente as condições do pessoal docente (gratificação, premios, vantagens e jubilação), até que fossem consolidadas as disposições correspondentes nesses estatutos, de modo a realizar-se o intuito de igualar e uniformizar os direitos e aspirações do magisterio official,o Governo, em virtude de autorização da Legislatura, expedio a 3 de Dezembro de 1892 o Código Fernando Lobo (MOACYR, Código de ensino – a situação constitucional dos institutos de ensino dos estados. Fiscalização, 5 de agosto de 1915, n.216, p.3).	Suspensão, provisoriamente, pelo decreto de 6 de Fevereiro de <b>1911</b> , a execução dos estatutos dos estabelecimentos de ensino na parte referente as condições do pessoal docente (gratificação, premios, vantagens e jubilação), até que fossem consolidadas as disposições correspondentes nesses estatutos, de modo a realizar-se o intuito de igualar e uniformizar os direitos e aspirações do magisterio official,o Governo, em virtude de autorização da Legislatura, expedio a 3 de Dezembro de 1892 o Código Fernando Lobo (MOACYR, 1916, p. 167).
3	Apesar mesmo da orientação eminentemente conservadora do seu espirito, acreditava com firmeza e sinceridade que a boa doutrina estava com o projecto que, em fins de <b>1897</b> , fora submetido sobre tão grave matéria ao estudo e meditação do Congresso Nacional (MOACYR, Código de ensino – a situação constitucional dos institutos de ensino dos estados. Fiscalização, 5 de agosto de 1915, n.216, p.3).	Apesar mesmo da orientação eminentemente conservadora do seu espirito, acreditava com firmeza e sinceridade que a boa doutrina estava com o projecto que, em fins de <b>1902</b> , fora submetido sobre tão grave matéria ao estudo e meditação do Congresso Nacional (MOACYR, 1916, p. 170).

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das edições do *Jornal do Commercio* e do livro de Moacyr. Grifos nossos indicando as supressões.

Em relação à data do Decreto 1.194 consta no Portal da Câmara dos Deputados a informação de ter sido publicado em 28 de dezembro de 1892<sup>34</sup>. Quanto ao Decreto de 06 de fevereiro, tratando das condições docentes, encontramos no conjunto de leis federais o Decreto

<sup>34</sup><https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1194-28-dezembro-1892-513140-publicacaooriginal-1-pe.html>

n. 1.340 de 1891 que suspende, provisoriamente, os regulamentos dos institutos oficiais de ensino sobre provimento, licença, faltas e outros aspectos relativos ao exercício da docência.<sup>35</sup> É deveras curioso observar que as datas na versão do jornal estão corretas e na versão do livro foram incorretamente mencionadas. O que justificaria tal falha? Não parece tratar-se de um erro de edição ou composição; talvez uma escolha revisional mal sucedida, um equívoco do autor ou demais possíveis envolvidos no processo de elaboração do livro.

O projeto ao qual se refere Moacyr (linha 3 do Quadro 4) pela voz de Dunshee Abranches<sup>36</sup> era de autoria de Felix Gaspar e teria sido apresentado à Câmara em 1902, de acordo com a informação constante do livro. A data informada pelo jornal - 1897 - não tem lastro posto que Felix Gaspar ocupou o cargo de deputado entre 1900 e 1906<sup>37</sup>.

Em dois outros casos podemos observar as modificações efetuadas no texto do livro em relação ao texto do jornal. Na primeira crônica, ao ser mencionada a criação da Faculdade da Bahia, o autor diz: “Nas cidades de São Paulo, **Bahia**, Recife e Ouro Preto os governos dos respectivos Estados poderiam, com as faculdades e escolas que creassem ou as que já mantivessem, e mediante accôrdo com a União, formar com os institutos federaes já existentes, universidades mixtas, cuja mais alta autoridade, o reitor, seria federal e nomeado como o da Universidade do Rio de Janeiro.”<sup>38</sup> Percebendo o erro de classificar Bahia como cidade, na versão do livro retira Bahia da frase: “Nas cidades de São Paulo, Recife e Ouro Preto, os governos dos respectivos Estados poderiam, com as faculdades e escolas que creassem ou as que já mantivessem, e mediante accôrdo com a União, formar com os institutos federaes já existentes, universidades mixtas, cuja mais alta autoridade, o reitor, seria federal e nomeado como o da Universidade do Rio de Janeiro.” (MOACYR, 1916, p. 24)

Em *Instrução popular - Escolas Normais*, o cronista inicia reproduzindo a fala do deputado Manoel Bonfim: “Todos os governos das nações, cujas tradições políticas mais se aproximam das nossas, intervém na organização moral e política da escola primária e contribuem largamente para a instrução **primaria**”<sup>39</sup>. Na versão do livro, o autor realiza uma alteração: “Todos os governos das nações, cujas tradições políticas mais se aproximam das nossas, intervém na organização moral e política da escola primária e contribuem largamente para a instrução **popular**” (MOACYR, 1916, p.155, grifo nosso).

<sup>35</sup> [www.periodicos.usp.br/rfdusp/article/view/66116](http://www.periodicos.usp.br/rfdusp/article/view/66116)

<sup>36</sup> João Dunshee de Abranches Moura (1867-1941) exerceu o cargo de deputado federal pelo Maranhão entre 1905 e 1917. <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Dunshee\\_de\\_Abranches](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dunshee_de_Abranches)>

<sup>37</sup> Ver nota 29.

<sup>38</sup> MOACYR, Desoficialização, 06 de junho de 1915, Ano 89, Edição n.156, p.3, grifo nosso.

<sup>39</sup> MOACYR, Instrução popular - Escolas Normais, 27 de junho de 1915, Ano 89, Edição n. 207, p.4.

Dentre todas as alterações textuais o trecho com maior modificação encontra-se no capítulo 9, *Curso integral Projeto Tavares Lyra*. Neste trecho não caberia apontar inclusão ou supressão, mas sim uma reescrita do mesmo, uma reorganização das ideias. Seguem os dois trechos:

#### Quadro 5 - Alterações no capítulo 9

Jornal	Livro
<p>“E assim o esforço generoso da Câmara, superiormente dirigido pelo Sr. Carlos Peixoto, desapareceu no sepulcrário de ideias da rua do Areal, para dous annos depois, no crepúsculo de uma sessão parlamentar, surgir em forma de autorização sem protesto desta mesma comissão de instrução, esquecida da amarga experiência de delegar o congresso ao Governo sob forma de autorização, função e atribuições que são privativamente suas a que se refere ao Sr. Virgílio Damásio no seu parecer, approva uma outra amplíssima autorização para o Ministro Rivadávia Corrêa, consumir a obra de anarchismo orgânico e fundamental do ensino público neste pobre país...” (MOACYR, Primitivo. <i>Curso Integral Projeto Tavares de Lyra</i>. <i>Jornal do Commercio</i>, 14 de julho de 1915, Ano 89, Edição n 194, p.2).</p>	<p>“E assim o esforço generoso da Câmara, superiormente dirigido pelo Sr. Carlos Peixoto, perde-se na outra casa do congresso, diante da “amarga experiência de delegar o congresso ao governo, sob forma de autorização, funções e atribuições que são privativamente sua” a que se refere o Sr. Virgílio Damásio no seu parecer, aceito por toda a comissão de Instrução Pública. E esta mesma Comissão, dous annos depois, no crepúsculo de uma sessão parlamentar, approva em cauda orçamentária, uma outra amplíssima autorização para o Ministro Rivadávia Corrêa remodelar o ensino público...” (MOACYR, 1916, p.124).</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das edições do *Jornal do Commercio* e do livro de Moacyr.

Observa-se que no trecho do jornal a escrita é mais detalhada, até mesmo pode se dizer de um certo tom irônico: “desapareceu no sepulcrário de ideias da rua do Areal”<sup>40</sup>. Dirigido a um público mais variado o texto do jornal tende a apresentar mais características, como contextos, adjetivos e demais acréscimos de informação para atrair e prender a atenção do público leitor, trazendo referências locais e temporais, passível de serem entendidas por aqueles que compartilhavam um mesmo cotidiano. São as características de uma crônica, confirmando a opinião machadiana:

O jornal, literatura quotidiana, no dito de um publicista contemporâneo, é reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete, não a idéa de, um homem, mas a idéa popular, esta fração da idéa humana (ASSIS, Machado, 1994, p. 4).

<sup>40</sup> É plausível supor que Moacyr estaria se referindo ao Palácio Conde dos Arcos, onde funcionou o Senado Federal até 1924, quando foi transferido para o Palácio Monroe. Ver: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/documentos/sobre-o-senado/historia/sedes-do-senado>>

Moacyr alterou a ordem de algumas frases do trecho (Quadro 6), promovendo uma leitura distinta. Embora aponte para o mesmo sentido, a absorção e recepção (CHARTIER, 2014) poderá ser diferente. Portanto, por mais que os textos sejam muito semelhantes não são iguais. Há características como o tipo de letra, tamanho da fonte, papel, etc. pertencentes à materialidade que promovem uma experiência única, assim como o próprio conteúdo ganha uma forma diferente de apreensão. Deste modo, os textos ganham caminhos de leitura, leitores, consumo e apropriações distintos.

É interessante observar que a maior parte das mudanças aplicadas são pequenas, mas que em uma somatória final implementam algo significativo. Uma destas conversões, empreendidas de um suporte ao outro, foram encontradas numa mesma página. Trata-se de uma troca de verbos, que implicou num tom mais formal e retórico na versão do livro.

**Quadro 6 - Alterações no tempo verbal**

Jornal	Livro
A livre docência <b>seria obtida</b> pela apresentação de uma these por uma prova oral sobre um ponto escolhido a sorte e exposto ao candidato; essa prova seria dispensada no caso da these apresentada ser trabalho de grande valor científico assim afirmado por parecer unanime da comissão examinadora (MOACYR, Regimem Universitário, 9 de junho de 1915, Ano 89, Edição n. 159, p. 3, grifo nosso).	A livre docência <b>conceder-se-ia</b> pela apresentação de uma these, por uma prova oral sobre um ponto escolhido a sorte e exposto ao candidato; essa prova seria dispensada no caso da these apresentada ser trabalho de grande valor científico assim afirmado por parecer unanime da comissão examinadora (MOACYR, 1916, p. 23, grifo nosso).
O professor extraordinário <b>era escolhido</b> entre os docentes livres cujos cursos tivessem obtido maior sucesso e cujos trabalhos publicados fossem do maior valor científico (MOACYR, Regimem Universitário, 9 de junho de 1915, Ano 89, Edição n. 159, p. 3, grifo nosso).	O professor extraordinário <b>eleger-se-ia</b> entre os docentes livres, cujos cursos tivessem obtido maior sucesso e cujos trabalhos publicados fossem do maior valor científico (MOACYR, 1916, p. 23, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das edições do *Jornal do Commercio* e do livro de Moacyr. Grifos nossos indicando as alterações verbais.

Além da formalidade linguística, a opção da mesóclise<sup>41</sup> no futuro do pretérito em “conceder-se-ia” e “eleger-se-ia” nos permite ponderar alguns aspectos. Primeiro, que o futuro

<sup>41</sup> Colocação do pronome oblíquo átono entre o radical e a desinência das formas verbais do futuro do presente e do futuro do pretérito (p.ex.: vê-lo-ei, contar-me-ás). A mesóclise é encontrada apenas em obras literárias ou quando se quer, propositalmente, dar um tom cerimonioso ao discurso.

do pretérito pode ser utilizado para indicar algo que poderia ter acontecido e não ocorreu. Ao reeditar o texto para a versão do livro, numa temporalidade distinta, apesar de pequena, coube reiterar que o projeto de Gastão da Cunha - que alude sobre a criação de universidades e a contratação dos docentes - não foi aprovado e desenvolvido tal como apresentado na Câmara e compilado por Moacyr em sua crônica. Por conseguinte, Moacyr e/ou revisor demonstram uma atenção redobrada para esse fato sublinhando, de certo modo, algo que poderia, mas não foi adiante. Todavia fica o questionamento: diante de tantos outros projetos citados e que foram engavetados ou esquecidos, porque apenas este mereceu uma revisão quanto à possibilidade de ter ocorrido?

Por fim, mas não menos importante, temos as alterações decorrentes das características específicas dos suportes nos quais os textos estão inseridos.

### Quadro 7 - Modificações em função do suporte livro

Jornal	Livro
Muitos destes oradores, de cujos discursos não podemos dar, mesmo breve, uma impressão ( <b>sob pena de inutilizar toda uma edição deste jornal, que acolhe tão amavelmente estas crônicas</b> ), tomarem mais uma sessão.” (MOACYR, 1915, Ano 89, Edição n.194, p.2).	Muitos destes oradores, de cujos discursos não podemos dar, mesmo breve, uma impressão, <b>dado os moldes destes escritos</b> , tomaram mais de uma sessão (MOACYR, 1916, p.121).
Em 1907 a ideia é ainda aceita pela Câmara no projecto Tavares de Lyra, incisivamente assignalado pelo Sr. M. Bonfim, como já dissemos em <b>chronica</b> anterior (MOACYR, A Instrução primária - acordos e subvenções, 24 de julho de 1915, Ano 89, Edição n. 204, p. 3).	Em 1907 a ideia é ainda aceita pela Câmara no projecto Tavares de Lyra, incisivamente assignalado pelo Sr. M. Bonfim, como já dissemos em <b>capítulo</b> anterior (MOACYR, 1916, p.147).
Um dos fins da Repartição Geral do Ensino Público e Educação Normal que o Sr. Monteiro de Souza propôs, como já assignalamos <b>na chronica</b> anterior era “criar e custear escolas normaes nos Estados que as não possuam nas condições julgadas efficazes pela Repartição (MOACYR, Instrução popular - Escolas Normais, 27 de julho de 1915, Ano 89, Edição n.207, p.4).	Um dos fins da Repartição Geral do Ensino Público e Educação Normal que o Sr. Monteiro de Souza propôs, como já assignalamos <b>no capítulo</b> anterior, era “criar e custear escolas normaes nos Estados que as não possuam nas condições julgadas efficazes pela Repartição (MOACYR 1916, p. 162)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das edições do *Jornal do Commercio* e do livro de Moacyr. Grifos nossos destacando as modificações.

Entendemos, como Chartier (2009, p. 105), que a maneira de ler é induzida pelo próprio suporte da materialidade do objeto tipográfico. E essa experiência se expande ainda mais a

partir dos repertórios de referências, das disposições individuais, culturais e sociais de cada leitor (p. 99). Os leitores que tiveram acesso aos textos no jornal podem até ser os mesmos que os leram na versão do livro, mas a experiência será sempre distinta, pela temporalidade vivida e pelo novo suporte.

## Notícias Finais

Atestamos aqui quão extensa e diversificada pode ser uma perquirição sobre a materialidade de um livro. As possibilidades de pesquisa partindo de uma leitura crítica e ampliada conduz a questionamentos interessantes e, como reitera Chartier (1998, p.77), a leitura é sempre apropriação, invenção e produção de significados. A cada novo ato de se dispor a ler produz novas abordagens e entendimentos, relacionados diretamente às experiências sociais e o tempo vivido pelo leitor, estabelecendo diferentes experiências distintas entre sociedade e tempo.

Reiteramos que os estudos sobre a materialidade de um objeto dizem muito sobre o próprio objeto e quando este é um livro as possibilidades se ampliam. A materialidade de um livro expressa na sua forma física pode até aparentar algo superficial (apesar de não ser incomum comprarmos livros pelo atrativo das capas!), porém, segundo Darnton (2011, p. 225), no século XVIII, os anunciantes presumiam que seus clientes se preocupavam mais com a qualidade física dos livros do que com a autoria, posto que esta, em geral, era desconhecida. Tanto compradores quanto vendedores compartilhavam, em alguma medida, de um conhecimento tipográfico quase extinto atualmente. O que isto nos revela? Nada está posto, fixado; o livro pertence às sociedades nas quais está inserido e é compreendido, interpretado e absorvido por leitores igualmente distintos.

Quanto ao primeiro livro de Primitivo Moacyr, é necessário dizer que tomar tal livro como objeto de pesquisa provavelmente não ocorreria se o autor não tivesse publicado mais de uma dezena de livros nos últimos anos de sua vida. Ou seja, foi o futuro do autor que deu visibilidade ao seu passado. Dito isto, sabemos que a cada nova proposta de trabalho com esses livros, novas possibilidades e abordagens despontam no horizonte da pesquisa.

Neste artigo buscamos aprofundar em suas escolhas materiais e cotejar sua escrita em suportes distintos. *O Ensino Público no Congresso Nacional. Breve Notícia* diz muito de um formato de escrita que o autor seguirá nos demais livros: a consulta e a pesquisa arquivística dos documentos oficiais, o recorte e seleção dos trechos de falas, discussões, aprovações, ideias



e propostas esquecidas. Tudo descrito com uma presença circunspecta do autor no próprio texto. Mas, a quem se dispõe a observar e desenvolver uma leitura mais acurada poderá enxergar, em sua sobriedade de escritor, suas preferências políticas e o tom irônico ao abordar certos assuntos.

O livro, antes apresentado ao leitor em formato de crônicas no jornal, por ocupar outro suporte gráfico, alcançou diferentes experiências de leitura e um leitor idealizado (CHARTIER, 2014) mais específico, realmente interessado no assunto e disposto a pagar por aquele bem material que ainda lhe proporcionava status social. Não encontramos nenhuma informação quanto ao custo do livro de Moacyr. Acrescido a isso o fato de não constar a informação sobre a tipografia que o imprimiu, nos parece razoável considerar que a edição foi às custas do autor que também teria cuidado da distribuição do mesmo.

Por conta da circularidade maior do jornal - custo menor e assuntos de interesse sortido, o alcance de leitores se diversifica se comparado ao livro. Com um público alvo mais direcionado, em se tratando do livro, Moacyr pôde ter mais liberdade para fazer alterações no texto original, como retirar elogios feitos a determinados sujeitos e manter outros como lhe conviesse. Pode-se observar, também, que no jornal os comentários são mais ácidos, implicando num embate próprio do jornal que não aparece no livro.

De todo modo, a maioria das modificações foram de acréscimos e complementos de informações, algumas correções e as alterações para adaptação ao novo suporte. Mesmo que não encontrássemos nenhuma alteração no texto do livro e este fosse uma cópia do que foi publicado no jornal, a leitura não seria a mesma, visto que a publicação dos dois textos não foi simultânea. A coluna do jornal não saía com uma regularidade de datas, como quinzenalmente por exemplo, e ainda há que se pensar na própria fluidez de uma leitura direta em um livro e as pausas dos assuntos presentes na edição de um jornal.

Portanto, toda essa complexa relação com os leitores, da materialidade à recepção, nos faz enveredar por caminhos da pesquisa vastos e também sinuosos, mas ao mesmo tempo extremamente interessantes e ricos em possibilidades. Principalmente diante de um autor como Primitivo Moacyr, com extensa produção em formato de livros, crônicas e trabalhos apresentados em congressos, ainda pouco explorada.

Questionamos, por fim, o que mobilizou e incentivou a publicação de seu texto em formato de livro. Antes disso: porque Moacyr mudou, tão drasticamente, seu foco de interesse? Os primeiros artigos publicados, ainda em janeiro de 1915, foram sobre a intervenção nos estados, assunto de forte conotação política, tema que não deu continuidade. Por que em junho

do mesmo ano passou a escrever sobre instrução pública? Foi um convite? Interesse próprio? Trabalho encomendado? Os artigos publicados sobre a instrução pública foram tão bem recebidos a ponto de merecerem uma publicação em livro? Ou foi apenas mera adequação à prática intelectual de investir em produções livrescas, com as novas tecnologias de impressão e tipografia lançadas, vislumbrando uma permanência que o jornal não tem?

Não são poucas as perguntas sem respostas. Após o lançamento desse livro Moacyr se afasta do jornal e só volta a publicar artigos a partir do final dos anos de 1920. Esses artigos serão reunidos em quinze novos livros, publicados pela Companhia Editora Nacional e pela Imprensa Oficial entre 1936 e 1942. Por quê esse espaço temporal entre a primeira edição de um livro em 1916 e a segunda em 1936? O trabalho exigido pela produção dos *Documentos Parlamentares* afastou Moacyr dos trabalhos em torno da instrução pública? Sendo assim, teria aproveitado da aposentadoria para mergulhar nos arquivos, reunindo uma expressiva documentação acerca desse tema? As perguntas avultam a cada novo prosseguir na pesquisa.

## Fontes

MOACYR, Primitivo. *O ensino público no Congresso Nacional. Breve Notícia*. Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

JORNAL DO COMMÉRCIO. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br>

## Bibliografia

Assis, M. (1994) *Obra Completa Machado de Assis*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Aguilar, V.III. Disponível em: [machado.mec.gov.br](http://machado.mec.gov.br)

Cardoso, T. M. R. (2002) Primitivo Moacyr. In: Fávero, M. L. & Britto, J. M. (Org.) *Dicionário dos Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped.

Chartier, R. (1990) *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa Difel, Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_. (1998) *A aventura do livro. do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun*. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Ed. UNESP.

\_\_\_\_\_. (2009) Do livro a leitura. In: Chartier, R. (Org.) *Práticas de leitura*. São Paulo, SP: Estação Liberdade.

\_\_\_\_\_. (2014) *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo, SP: Editora Unesp.

Darnton, R. (2011) História da Leitura. In: BURKE, Peter. (Org) *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo, SP: Editora Unesp.

Fonseca, L. P.. (2008) *A construção visual do Jornal do Rio de Janeiro na primeira metade do*



*século XX*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO.

Hallewell, L. (2005) *O livro no Brasil: Sua História*. 2ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.

Lajolo, M. & Zilberman, R. (1998) *A formação da leitura no Brasil*. 3 ed. São Paulo, SP: Ática.

Melo, G. F. (2018) *Primitivo Moacyr: de professor a dândi, uma vida dedicada à escrita da instrução pública*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: UERJ.

Sandroni, C. (2007) *180 anos do Jornal do Commercio - 1827-2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro, RJ: Quorum Editora.

Sodré, N. W. (1999) *História da Imprensa no Brasil*. 4ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad.